



CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS E CANDIDATAS A CARGOS ELETIVOS – 2022

IPA-DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM PERNAMBUCO



RESUMO EXECUTIVO

O Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE) é uma organização sindical que agrega a representação das trabalhadoras e dos trabalhadores de alguns dos órgãos públicos fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado.

O cenário atual demonstra diminuição orçamentária ao longo dos anos em relação às políticas públicas no meio rural, resultando em crescente pobreza, migrações do rural para o meio urbano, degradações ambientais, desconstrução de políticas públicas voltadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais e recursos escassos direcionados às políticas de segurança alimentar e nutricional. Em Pernambuco, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), vem sofrendo o impacto da descontinuidade destas políticas face ao sucateamento e ingerência político-partidária, prejudicando sua missão de atuar no desenvolvimento rural sustentável.

Em face do atual momento de realização das eleições 2022, o SINTAPE e os trabalhadores do IPA vêm aqui apresentar suas considerações e reivindicações a fim de contribuir para o plano de governo dos candidatos e candidatas ao cargo de governador e à Assembleia Legislativa do Estado para que possam encaminhar as melhores soluções possíveis aos problemas das populações rurais mais vulneráveis e menos assistidas.

Requeremos o compromisso com medidas capazes de enfrentar e solucionar as questões que enfraquecem a atuação do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, as quais impactarão diretamente na melhoria da qualidade de vida da população rural e no desenvolvimento agropecuário do Estado, enumeradas a seguir:

1. garantir a execução de ações para a recuperação das instalações e estrutura física, de equipamentos e instrumentos necessários ao pleno desenvolvimento dos trabalhos nas áreas de atuação do IPA;
2. garantir a plena regularização fiscal e legal do IPA para que não haja impedimentos quanto a captação de recursos e convênios;
3. garantir a execução efetiva de uma política de valorização de seu corpo funcional por meio do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, concurso público e programa de formação de novos gestores para as funções gerenciais;
4. evitar a ingerência de questões políticas nos espaços de atuação profissional e técnica do IPA (cumprimento da Lei das Estatais);
5. zelar pela observância ao Estatuto Social e Regimento Interno do IPA (cumprimento da Lei das Estatais) e apoiar sua revisão com abordagens mais democráticas e horizontais na estrutura organizacional.

Temos convicção de que, diante do exposto, os candidatos e candidatas não permanecerão insensíveis aos pontos requeridos, e nos colocamos à disposição para o diálogo construtivo, objetivando a construção das soluções aqui propostas.



CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS E CANDIDATAS A CARGOS ELETIVOS – 2022

IPA-DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM PERNAMBUCO



APRESENTAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE) é uma organização sindical que agrega a representação das trabalhadoras e dos trabalhadores de alguns dos órgãos públicos fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado de Pernambuco.

Compõem a nossa base sindical profissionais que atuam no IPA- Instituto Agrônomo de Pernambuco, na APAC- Agência Pernambucana de Águas e Climas, na CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente, na PERPART- Pernambuco Participações e Investimentos S/A, na ADAGRO – Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco e na SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

O cenário atual demonstra diminuição orçamentária ao longo dos anos em relação às políticas públicas no meio rural, resultando em crescente pobreza, migrações do rural para o meio urbano, degradações ambientais, desconstrução de políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadores/as), e recursos escassos direcionados às políticas de segurança alimentar e nutricional. Em Pernambuco, apesar de contar com o IPA, uma empresa de referência nas áreas da pesquisa, assistência técnica e extensão rural e infraestrutura hídrica, as políticas públicas no âmbito da agropecuária e agricultura familiar vêm sofrendo descontinuidade face ao sucateamento e ingerência político-partidária prejudicando sua missão de atuar no desenvolvimento rural sustentável.

Em face do atual momento de realização das eleições 2022, o SINTAPE e os trabalhadores do IPA vêm aqui apresentar suas considerações e reivindicações a fim de contribuir para o plano de governo dos candidatos e candidatas ao cargo de governador e à Assembleia Legislativa do Estado para que possam encaminhar as melhores soluções possíveis aos problemas das populações rurais mais vulneráveis e menos assistidas.

Esta Carta Aberta foi construída conjuntamente por amplo debate, convocado e coordenado pelo SINTAPE, e participação ativa do corpo funcional do IPA em assembleias, reuniões e seminário.



CONSIDERAÇÕES

O governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, precisa ter um olhar de reconhecimento e investimento para o Instituto Agronômico de Pernambuco, que muito fez, faz e tem pleno potencial de continuar prestando relevantes serviços à população rural nas suas áreas de atuação em Pesquisa, Extensão Rural e Infraestrutura Hídrica.

Consideramos inadmissível que uma empresa que construiu, ao longo de mais de 80 anos, uma história de respeitabilidade por sua eficiência e capacidade técnica, chegando a ser considerada, em 2010, pela Revista Globo Rural, a empresa de melhor contribuição ao desenvolvimento agropecuário no país, esteja hoje enfrentando tal situação de degradação em sua infraestrutura e atividades operacionais por sucessivas ingerências nas suas gestões (durante oito anos, foram 7 presidentes de diferentes partidos políticos), além da diminuição de investimentos financeiros, o que tem dificultado o desempenho profissional de seu corpo técnico, reconhecidamente competente para criar projetos importantes, inovadores, que efetivamente contribuem para o desenvolvimento em suas respectivas áreas de atuação.

O SINTAPE tem denunciado essa situação e vai continuar denunciando.

Sabemos da importância que o IPA tem para o desenvolvimento rural sustentável em suas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, uma vez que as políticas públicas executadas pelo Instituto resultam em sensível crescimento de oportunidades nas áreas e municípios que vivem da agropecuária das diversas macrorregiões do Estado, principalmente nas questões de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, da inovação tecnológica e acesso à água.

Mudar a realidade na qual o IPA se encontra hoje se faz urgente; realidade marcada pela precarização em sua infraestrutura física, pela redução das possibilidades de captação de recursos, pela falta de uma política efetiva de valorização de seu corpo funcional, pela ingerência política nos espaços de atuação profissional e técnica e pela negligência e descumprimento efetivo de seu Estatuto Social e Regimento Interno, destacando-se que o próprio Conselho de Administração, cuja indicação dos membros também compete ao Governo, está com sua composição em desacordo com o Estatuto.

Em relação aos outros estados do Nordeste, Pernambuco vem perdendo espaço no setor agropecuário pela reduzida capacidade de iniciativas do setor público estadual.

Queremos o compromisso do Governo do Estado, na gestão 2023-2026, e da nova Assembleia Legislativa, para a implementação de soluções e medidas que garantam ao IPA a reconstrução de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento pleno das suas atividades.



O INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO

O IPA tem como missão contribuir para o desenvolvimento rural sustentável de Pernambuco, mediante atuação de modo integrado na geração de tecnologia, nas ações de assistência técnica e extensão rural e no fortalecimento da infraestrutura hídrica, com atenção prioritária aos agricultores de base familiar.

Os seus escritórios locais estão distribuídos na maioria dos municípios para atendimento às agricultoras e aos agricultores de base familiar e médios produtores, tendo em sua estrutura 12 estações experimentais, 12 gerências regionais, 2 unidades de beneficiamento de sementes, 4 unidades de infraestrutura hídrica, 16 laboratórios e 02 centros de capacitação. Integram seu quadro funcional mais de 1.000 funcionários, com profissionais em diversas áreas do conhecimento, com especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, atuando nas áreas meio e fim.

Nas três frentes em que atua, o IPA atende às demandas do setor rural em diversos tipos de arranjos produtivos e na execução de políticas públicas, trabalhando em parceria com múltiplas instituições e organizações de diversos setores, seja nas esferas municipal, estadual, federal ou internacional, públicas ou privadas.

A pesquisa desenvolvida pelo IPA é reconhecida internacionalmente por possuir o maior banco de germoplasma das espécies vegetais da caatinga, além de alcançar importantes resultados em melhoramento genético animal e vegetal, tendo como exemplo as variedades de palma forrageira disponibilizadas para as agricultoras e agricultores, e variedades de cebola e tomate oferecidas ao mercado. Além disso, os serviços laboratoriais, como análise de solo e água, vêm contribuindo com o aumento da produção e produtividade no campo. Atualmente encontram-se em plena execução 83 projetos, entre Apoio ao Desenvolvimento dos Rebanhos Bovino, Caprino e Ovino, de Culturas Alimentares (frutas, feijões, milho, tomate e cebola), e de Recursos e Serviços Biotecnológicos e Ambientais, com recursos próprios, recursos do Tesouro e estabelecimento de parcerias, a exemplo da criação de novas variedades resistentes a pragas e doenças, e adaptadas à região, com maior produtividade. Os resultados das pesquisas permitem segurança para o investimento de risco através dos quais organizações públicas e privadas podem, de fato, buscar inovações radicais, incrementais ou adaptativas para o sucesso da sua produção agrícola.

O IPA presta assistência anual, de forma continuada, a cerca de 70.000 famílias por meio do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, amparado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER) e outras legislações federais e estaduais, com visitas técnicas, acesso ao crédito rural, cursos e implantação de Unidades Técnicas de Demonstração, visando apoiar as agricultoras e os agricultores em sua produção, tanto no



campo da produção tradicional como também da agroecológica. Importante ressaltar que o público da agricultura familiar compõe, além dos agricultores e agricultoras, as populações e comunidades tradicionais, tais como os indígenas, os quilombolas e pescadores e pescadoras do Estado de Pernambuco, contribuindo para o fortalecimento da cultura, da identidade, e para solução das questões ambientais e de segurança alimentar e nutricional. Em referência ao campo da agroecologia, o IPA tem levantado discussões importantes, trazendo a visão de que as feiras e espaços agroecológicos são vias para a dinamização e fortalecimento da agricultura familiar, além de trabalhar o resgate de recursos genéticos animais e vegetais, a exemplo das abelhas nativas sem ferrão e sementes crioulas. Mais de 90 mil agricultoras e agricultores são atendidas e atendidos com políticas públicas estaduais e federais de distribuição de sementes, acesso ao crédito, fomento rural, crédito fundiário, Programa de Aquisição de Alimentos, entre outras.

Na área de infraestrutura hídrica, as ações de perfuração e instalação de poços artesianos, construção, reforma e ampliação de reservatórios superficiais e subterrâneos têm impactado fortemente as famílias atendidas, uma vez que o acesso à água é uma necessidade básica.

Segundo dados do IBGE (Censo Agro 2017), 82% dos estabelecimentos rurais de Pernambuco são de agricultores familiares (232 mil famílias), embora ocupem 52% da área total; produzem 55% das lavouras permanentes e 48% das temporárias; 62% dos bovinos, 72% dos caprinos e 62% do leite de vaca; a produtividade expressa em R\$/ha da agricultura familiar aumentou muito ao longo dos últimos anos, possivelmente em decorrência de novas técnicas de cultivo e novas variedades mais produtivas. Estes dados indicam haver aproximação entre as grandes empresas agrícolas e a agricultura familiar, provavelmente devido à melhoria do nível tecnológico e à maior integração ao mercado.

Cresce a agricultura familiar mais capitalizada, melhor aparelhada tecnologicamente e com maior produção e inserção no mercado, sendo responsável pela majoritária participação na mão de obra rural exercida pelos proprietários e seus familiares. Essa evolução no campo não acontece por acaso e o papel do IPA tem sido relevante nesse processo junto aos movimentos, organizações e universidades. Mas, nos últimos anos, a população vem sofrendo pela descontinuidade dos projetos e políticas e a falta de investimentos para estruturação do setor agropecuário e assistência técnica às 232 mil famílias rurais existentes no Estado.



QUESTÕES SENSÍVEIS PARA A ATENÇÃO DO GOVERNO

O resultado da aplicação de pesquisa de opinião realizada por meio de questionário construído conjuntamente pelo SINTAPE e Comissão de Funcionários do IPA constituída em Assembleia no mês de julho de 2022, disponibilizado para ampla resposta do corpo funcional do IPA, aponta as questões mais sensíveis, que obtiveram maior percentual de votação, indicando os pontos que necessitam de atenção urgente do governo na aplicação de medidas para a sua efetiva solução.

Apresentamos, a seguir, uma análise dos resultados, buscando estabelecer as interligações de causa e efeito entre eles.

Em relação às questões que influenciam no desempenho do órgão, em sua generalidade, destacamos os pontos mais votados em seus inter-relacionamentos e correlações com alguns pontos menos votados (o percentual atingido na votação aparece entre parênteses):

1 - as ***“interferências políticas na gestão e realização das atividades da instituição”*** (76,3%) são muitas vezes realizadas em função de ocorrer constantemente um ***“descumprimento do Estatuto, do Regimento e das legislações”*** (41,2%). Isso tem acontecido porque os ***“membros do Conselho de Administração não têm a independência necessária para exercer suas funções”*** (0,8%), e ainda, o mesmo Conselho não tem atuado conforme sua atribuição. Toda essa questão tem levado o IPA a ter uma ***“descontinuidade e falta de integração no Planejamento Institucional, enfraquecendo o atendimento às famílias rurais”*** (38,9%), e por consequência acontece a ***“falta de uma gestão integrada (gestão de pessoal, financeira, patrimonial, jurídica, áreas fins etc) comprometendo o trabalho administrativo e de campo”*** (29%);

2 - a ***“não valorização do corpo técnico (inexistência de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários”*** (88,5%), associado a um ***“quadro funcional insuficiente (16 anos sem realização de concurso público), prejudicando as atividades voltadas à população do campo”*** (66,4%), à ***“falta de uma política institucional de qualificação profissional (técnica, graduação, especialização, mestrado e doutorado) para todos os níveis do corpo técnico”*** (54,2%), e à ***“inexistência de um programa para análise de desempenho dos funcionários anual”*** (0,8%) refletem no sentimento de todos os funcionários da Empresa, que se encontram desestimulados a realizar suas funções;

3 - todas as questões levantadas acima têm levado a uma ***“não padronização das rotinas administrativas nas unidades”*** (9,2%), à ***“falta de formalização e divulgação das parcerias Institucionais”*** (4,6%), o que, de forma geral, tem levado ao ***“sucateamento da Empresa por falta de recursos financeiros”*** (0,8%).



Da mesma forma, em relação às questões que dizem respeito, especificamente, às áreas de atuação do IPA, percebemos as interligações entre os pontos mais destacados (o percentual atingido na votação aparece entre parênteses):

1- a ***“indisponibilidade de instrumentos de trabalho eficientes (veículos, mobiliário, internet, equipamentos e softwares)”*** (80,2%), e ***“instalações/estrutura física (escritórios locais, estações, gerências regionais, unidades de infraestrutura hídrica, laboratórios etc.) precárias e inadequadas, oferecendo, em alguns casos, riscos aos funcionários e à população”*** (67,2%), a rigor, dizem respeito a um único ponto, já que indicam a falta de estrutura, em situação geral, para o desempenho dos profissionais e para a realização do trabalho no IPA.

2 – a ***“falta de investimento em projetos de pesquisa voltados para a agricultura familiar”*** (50,4%), a ***“escassez de recursos para as ações de investimento nas unidades familiares assistidas pelo IPA (Implantação de Unidades Demonstrativas, acesso à água, experimentos de campo etc.)”*** (48,9%) e ainda a ***“falta de foco e priorização em ações contemporâneas (tecnologias alternativas, convivência com semiárido, geração de energias renováveis etc.), visando a modernização da instituição”*** (34,4%), estão relacionadas ao potencial de captação de recursos do Instituto, que tem sido prejudicado pela má gestão.

Considerando as possibilidades de firmar convênios, contratos e instrumentos específicos de parcerias, o IPA deixou de captar ao longo dos últimos anos mais de 20 milhões de reais, seja com execução direta dos recursos ou por execução indireta, por gestões não integradas e ineficientes.



PROPOSTAS E EXPECTATIVAS

Diante do exposto, requeremos aos candidatos e candidatas ao Governo do Estado de Pernambuco, e aos futuros e futuras parlamentares, o compromisso com medidas capazes de enfrentar e solucionar as questões que enfraquecem a atuação do Instituto Agrônomo de Pernambuco, IPA, enumeradas a seguir:

1. garantir a execução de ações para a recuperação das instalações e estrutura física, de equipamentos e instrumentos necessários ao pleno desenvolvimento dos trabalhos nas áreas de atuação do IPA;
2. garantir a plena regularização fiscal e legal do IPA para que não haja impedimentos quanto a captação de recursos e convênios;
3. garantir a execução efetiva de uma política de valorização de seu corpo funcional por meio do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, concurso público e programa de formação de novos gestores para as funções gerenciais;



4. evitar a ingerência de questões políticas nos espaços de atuação profissional e técnica do IPA (cumprimento da Lei das Estatais);
5. zelar pela observância ao Estatuto Social e Regimento Interno do IPA (cumprimento da Lei das Estatais) e apoiar sua revisão com abordagens mais democráticas e horizontais na estrutura organizacional.

Os impactos de tais medidas virão com o aumento da qualidade e quantidade do trabalho prestado e respectivo incremento nos serviços de ATER e de inovação tecnológica, bem como nas atividades de melhoria da infraestrutura hídrica no meio rural, fazendo com que o Estado volte a ser referência na produção agropecuária, na preservação do meio ambiente, nas políticas de convivência com o semiárido e no enfrentamento às mudanças climáticas, com inclusão social e respeito à diversidade.

O futuro do Estado de Pernambuco depende do fortalecimento de suas organizações sociais, e dos órgãos governamentais, em agendas que efetivamente contribuam para o crescimento econômico sustentável, para o cuidado com a sociedade e para uma eficiente gestão ambiental.

Temos convicção de que, diante do exposto, os candidatos e candidatas não permanecerão insensíveis aos pontos requeridos, e nos colocamos à disposição para o diálogo construtivo, objetivando a construção das soluções aqui propostas.

Recife, 25 de agosto de 2022

Antônio Júnior Angelim dos Santos
Presidente do SINTAPE